

A “FABRICAÇÃO” DE APRENDIZES NAS ESCOLAS PAULISTAS DO SENAI (1942-1955)

Vera Regina Beltrão Marques

Resumo

Os trabalhadores paulistanos vinham de movimentos contestatórios que os colocavam na situação de personagens “não gratos”, haja vista as grandes greves dos anos de 1910 e as mobilizações posteriores. Industriais e reformadores sociais, por sua vez, selavam alianças objetivando controlar o operariado. A formação para o trabalho não passaria ao largo desse movimento social. E, sob as hostes da ciência racional conceberam os cursos para aprendizes SENAI, criados em 1942. Esse trabalho aponta para o processo de “fabricação” de corpos saudáveis e disciplinados nas escolas paulistas, nas décadas de 1940 e 1950. Discute-se como alunos representados como débeis e doentes foram “redimidos” para compor a “nata do operariado” brasileiro, via higienização, dentro e fora das fábricas.

Palavras-chave: educação profissional-história; aprendizes; higiene; saúde; educação.

THE "MANUFACTURE" OF APPRENTICES IN STATE OF SÃO PAULO SCHOOLS OF THE SENAI (1942-1955)

Abstract

Workers from São Paulo came from opposing movements that posed in the situation of characters "not grateful" given the great strikes of the years 1910 and subsequent demonstrations. Industrial, social and reformers in turn, sealed alliances aiming to control the working class. Training for the work would off that social movement. And, under the armies of science rational conceived courses for apprentices SENAI, created in 1942. This work points to the process of "manufacture" of bodies healthy and disciplined in schools in São Paulo, decades of 1940 and 1950. Discusses-as pupils represented as weak and patients were "redeemed" to compose the "cream of working class" Brazilian, via hygienisation unit, inside and outside the factories.

Keywords: education professional-history; apprentices; hygiene; health; education.

LA “FABRICACIÓN” DE APRENDICES EN LAS ESCUELAS DEL SENAI (1942-1955)

Resumen

Los trabajadores paulistanos venían de movimientos contestatarios que los colocaban en una situación de personajes “no gratos” en vista de las grandes huelgas de 1910 y de las movilizaciones posteriores. Industriales y reformadores sociales, a su vez, sellaban alianzas objetivando controlar a los obreros. La formación para el trabajo no pasaría sin dejar rastros frente a la movimentación de la sociedad. Y bajo las huestes de la ciencia racional concibieron los cursos para aprendices SENAI creados en 1942. Este trabajo apunta para el proceso de “fabricación” de cuerpos saludables y disciplinados en las escuelas paulistas, en las décadas de 1940 y 1950. Se discute cómo alumnos representados como débiles y enfermos fueron “redimidos” para componer la “nata del movimiento obrero” brasileño, vía higienización dentro y fuera de las fabricas.

Palabras clave: educación profesional-historia; aprendices; higiene; salud; educación.

LA “FABRICATION” D’APPRENTIS AUX ÉCOLES DU SENAI À SÃO PAULO (1942-1955)

Résumé

Les travailleurs de São Paulo provenaient de mouvements contestataires qui les mettaient dans une situation de non-reconnaissance, étant donné les grandes grèves des années 1910 et les mobilisations ultérieures. Des industriels et des réformateurs sociaux à leur tour faisaient des alliances dans le but de contrôler les ouvriers. La formation pour le travail ne mépriserait pas ce mouvement social. Et sous le manteau de la science rationnelle les cours pour apprentis SENAI ont été créés en 1942. Ce travail montre le processus de «fabrication» de corps sains et disciplinés aux écoles de São Paulo, dans les décennies de 1940 et de 1950. On y discute comment des élèves représentés comme des débiles et des malades ont été «rachetés» pour composer «l’élite de la main d’oeuvre» brésilienne, par la voie de l’higiénisation, au-dedans et en-dehors des usines.

Mots-clés: Éducation professionnel-histoire; apprentis; hygiène; santé; éducation.

Introdução

Os trabalhadores da urbe paulistana em meados do Novecentos vinham de movimentos contestatórios que os colocavam na situação de personagens “não gratos”, haja vista as manifestações por eles conduzidas, especialmente as grandes greves que pararam São Paulo, na década de 1910 e as mobilizações que as sucederam. “O proletariado urbano torna-se uma classe perigosa onde quer que apareça como agente, dentro da fábrica no decorrer do processo de trabalho, ou fora dela onde sua própria presença e condição assinalam os perigos de uma contestação social” (De DECCA, 1984, p.72).

Escaldados por movimentos sociais, que ao fim e ao cabo discutiam o controle do processo de trabalho, industriais e reformadores sociais selaram alianças com o propósito de controlar o operariado. E como assinala De Decca, “cada fala racionalizadora reivindica para si um saber sobre o tratamento da questão operária”. E debruçam-se sobre uma variedade de temas: saúde, educação moral, lazer, trabalho e formação racional para a faina, de tal forma a afastar a agitação dos trabalhadores (Idem).

Não foi à toa que em 1930 criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, demonstrando a tentativa do Estado em encarar a questão social, pois até então o mercado de trabalho enfrentara poucas ou descompassadas interferências. Embora os empregadores não tenham se oposto à entrada desse poder, tudo fizeram para dar rumo as suas ações. E manifestaram preocupação quando a legislação aprovada pretendeu regulamentar a sindicalização de patrões e operários e ainda estabelecer que dois terços do conjunto dos operários deveria ser brasileiro (LUCA, 2001). Os sindicatos botaram a boca no trombone, resistiram à sindicalização compulsória e ao atrelamento, porém pouca margem havia para manobra dos sindicatos livres. Como aludia Getúlio Vargas: “o governo não compreende, nem permite,

antagonismos de classe nem explosões violentas de luta; para esse fim, criou órgãos reguladores, que não só coordenam relações, como dirimem divergências e conflitos entre as diferentes classes” (Idem, p. 60).

A formação para o trabalho não ficaria imune a esse movimento. E, sob as hostes da ciência racionalizadora, dita despolitizada, foram concebidos os cursos SENAI, sob o ponto de vista do empresariado paulista.

Esse trabalho aponta para o processo de “fabricação” de alunos saudáveis e disciplinados nas escolas paulistas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na administração de Roberto Mange frente à Regional de São Paulo, nas décadas de 1940 e 1950. Intento apresentar como educandos considerados débeis, subnutridos e doentes foram pretensamente normalizados para compor a “nata do operariado” brasileiro, via higienização, dentro e fora das fábricas. Pois, como apontava Roberto Mange:

É francamente desfavorável a impressão que em regra geral, causam, ao médico e ao higienista, as condições de saúde dos operários menores que se candidatam aos cursos ordinários e extraordinários do SENAI [...] 80% são infestados por vermes e protozoários; 60% tem visão deficitária; encontram-se, em média 13 cáries por boca, (...). Os organismos quase sempre subnutridos e estafados, resistem mal às infestações e infecções a que permanecem constantemente expostos nas habitações modestas, porões e cortiços, cujas condenáveis condições de higiene preparam terreno fértil à propagação e ao contágio das endemias e epidemias. (SENAI, Relatório do Diretor Geral- SP, 1945, p.91).

Tempos de racionalidade fabril e científica

Racionalidade técnica foi a máxima alardeada a orientar o projeto de formação para o trabalho em um empreendimento bastante singular: a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial (SENAI), no ano de 1942. Instituição de cunho privado, porém contando com o anteparo público, que concedeu aos industriais a chancela de formar trabalhadores, especialmente aprendizes de ofício, para a indústria em expansão no país.

Tendo como mote a organização racional do trabalho, o SENAI ancorava-se em nova proposta: melhor adestrar para a indústria, (re)formar (Weinstein, 2000), seguindo os interesses das empresas, adolescentes já empregados, logo inseridos no sistema de fábrica. Caracterizando o que Roberto Mange¹, 1º diretor do SENAI-SP, denominava educação integral, de pequenos operários. Educação integral entendida como a conjugação de aspectos técnico-profissionais com aqueles educativos e sociais, evidenciando que sua ação transcendia o simples ensino, para assumir uma feição social ao proporcionar serviços de natureza “para-escolar no campo da educação, da higiene e da assistência social”. “Este conceito obedece a uma tendência moderna de educação visando a formação integral de um ‘homem’, isto é, uma formação cultural e profissional em torno de uma sadia personalidade” (SENAI, Boletim Informativo n. 5, março 1946, p.3).² Ademais, a partir de fevereiro de 1945, constituíam nova modalidade de curso, os vocacionais.

Com as propostas a instituição matava dois coelhos com a mesma cajadada: inseriam os alunos em um modelo formador disciplinar mais austero, pronto a preencher lacunas no

¹ Roberto Mange, engenheiro e educador suíço, chegou em São Paulo em 1913, a convite do empresário e engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, tornando-se professor da Escola Politécnica. Em 1923 vamos encontrá-lo dirigindo o Curso de Mecânica Prática, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, curso esse que se transforma em Escola Profissional Mecânica, em 1925. A partir daí ocupa os mais diversos cargos institucionais até tornar-se o primeiro diretor do SENAI, na Regional de São Paulo.

² De caráter interno o Boletim Informativo SENAI era organizado pelo Departamento Regional de São Paulo. E como refere TENCA (2006, p. 45) a educação integral visava “formar não apenas o fazedor, mas o cidadão. O cidadão-trabalhador, que deve fazer como manda a ciência da produção”.

condicionamento almejado, ampliando o conhecimento técnico, ao mesmo tempo em que, levava para o chão da fábrica as premissas do modelo de organização racional que pretendia impingir.

São Paulo na virada do século contava com abundância de obreiros, batendo de porta em porta de oficinas e fábricas, em busca de ocupação. Eram ex-escravos, imigrantes provenientes das grandes fazendas de café, enfim, trabalhadores pobres que constituíam as “multidões” que acorriam aos grandes centros em busca da sobrevivência.

No entanto não eram esses os trabalhadores que cabiam no feitiço demandado por empresários, homens de governo e/ou de ciências para compor essa figura, denominada trabalhador apto, disciplinado e higienizado. Mesmo o mercado se apresentando ávido de operários a serem arregimentados, os industriais não abriam mão: não mais queriam correr riscos de contratarem estrangeiros - os "responsáveis" como apregoaram pela agitação do movimento operário, nas primeiras décadas do século XX. Pretendiam produzir o trabalhador ordeiro e especializado.

Ademais, a indústria brasileira nos anos 1940, não contava com outra alternativa, a não ser implementar sua produção. Difícil tornara-se trazer mais produtos ou máquinas. A substituição de importações durante a 1ª Guerra Mundial e a crise da economia cafeeira em 1929 impulsionaria o país para o desenvolvimento da indústria (SEVCENKO, 1998). No ano de fundação do SENAI, 1942, realizava-se a III Feira Nacional da Indústria, patrocinada pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), dando visibilidade ao projeto de industrialização nacional. E, exposições mundiais ou feiras industriais apresentavam objetivos muito definidos: tornavam-se teatros da indústria, espetáculo que o capitalismo promovia para celebrar as grandes fábricas, “catedrais da nova humanidade” a cumprir “papel decisivo na formação de uma mentalidade técnica e na difusão de uma ideologia da Ciência e do Progresso” (PERROT, 1988, p. 91).

De qualquer maneira a solução para o incremento industrial consistia em aumentar a fabricação de produtos, via ocupação máxima da força de trabalho, aquela considerada a mais indicada para a produção. E operários bem selecionados e treinados poderiam render ao máximo, especialmente se essa (com)formação fabril pudesse iniciar-se mais cedo. Pois, como diz o ditado, “é de pequenino que se torce o pepino”, propósito dos cursos vocacionais implementados a partir de 1945. Esses cursos de 02 anos destinados aos adolescentes de 12 a 14 anos, filhos ou parentes de industriários, pretendiam funcionar como um “laboratório de aptidões”, com propósito de orientá-los na escolha de uma profissão, moldando-os e preparando-os para a labuta, anteriormente a formação no ofício (SENAI, Boletim Informativo n. 8, jun. 1946).

Logo, selecionar e adestrar aprendizes operários para os diferentes lugares da produção, constituiu um desafio para intelectuais de vários campos do conhecimento científico. Médicos, engenheiros, educadores, administradores, psicólogos e assistentes sociais empenharam-se na árdua tarefa de transformar aprendizes em sujeitos “produzidos” para o trabalho³, via cursos planejados e executados sob a ótica da fábrica. Os princípios de organização racional do trabalho tinha, inclusive, um instituto a defendê-los, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), através do qual emanavam os princípios da razão industrial e das ciências do trabalho.⁴ Pois como aponta Bresciani (1986, pp.16-7). esteve presente nos objetivos do “movimento

³ Não foi por acaso que o ministro Capanema nomeou uma comissão para traçar diretrizes para o ensino industrial, compondo-a com profissionais experientes, fosse à burocracia do Estado, fosse às instituições formadoras.

⁴ O IDORT foi criado em São Paulo, em 1931, tendo como primeiro presidente Armando de Salles Oliveira, depois governador de São Paulo. Juntamente com a Escola Livre de Sociologia e Política teve participação importante no projeto de formação para aprendizes, desenvolvido pelo SENAI. Ver *Revista do IDORT* (1932-1942).

científico” moralizar o trabalhador por meio da instrução pensada, embasada em conhecimentos úteis. Instrução essa que disciplinasse no fazer das tarefas.

E o Senai não perdia oportunidades quando se tratava do “dar a ver”, difundir as atividades e realizações institucionais. Na Exposição do IV Centenário de São Paulo, o estande apresentado em uma área de 166 metros quadrados, no Pavilhão da Indústria, compreendia 20 quadros nos qual, “miniaturas de alunos e de máquinas se apresentavam em movimento, dando a conhecer a vida escolar do aprendiz do SENAI, desde o seu encaminhamento à aprendizagem até o dia em que a instituição lhe outorga uma carta de ofício” (SENAI, Boletim Informativo n. 103, ago.1954, p. 4).

A saúde ocupava papel de destaque nesse universo racionalizado pela fábrica. Sem saúde difícil se tornava aprender um ofício e incrementar a produção, meta maior do empresariado nacional. Ademais higienizar socialmente, constituindo força de trabalho hígida e moralizada representava trunfo importante. Vejamos como isso ocorria.

A inspeção médica dos alunos

O SENAI, em 1944, ainda encontrava-se as voltas em organizar a Inspetoria Médica e a seleção dos alunos acontecia em acomodações bastante improvisadas, gabinetes ou instalações de emergência. O quadro de médicos, restrito, não dava conta de satisfazer os exames para ingresso aos cursos, e orientações médicas à educação física. Também realizava diversos estudos, compreendendo análises profissionais, fichas médicas, tipos de carteiras, práticas médicas no Serviço Social, plano de

alimentação dos alunos, locais e equipamentos dos gabinetes médicos e dentários e curso de primeiros socorros.⁵

Roberto Mange, ao fechar o relatório naquele ano, advertia:

as observações feitas, no decorrer destes dois primeiros anos [...]levaram este Departamento Regional à convicção absoluta de que, sem um Serviço Social especialmente destinado aos aprendizes alunos e que lhes proporcione assistência médica e dentária, alimentação e assistência social, mínima será a eficiência dos cursos de instrução profissional. (SENAI, Relatório do Diretor Regional-SP, 1944, p.3).

Sim, pois havia sido detectado: a moléstia dos alunos fora a maior causa de falta à escola. Logo se colocou a imperiosidade de reformas. A Inspetoria foi substituída pelo Serviço de Higiene do Trabalho com atribuições ampliadas. Além das apresentadas, orientava a disciplina de higiene e verificava as condições de trabalho em aulas e oficinas, fiscalizava o regime alimentar e cooperava com a Divisão de Seleção nas análises profissionais para fixar indicações ou não aos cursos (Idem, 1944).

Um diagnóstico bastante estarrecedor veio à luz. Os alunos apresentavam altos coeficientes de infestação por vermes e protozoários, os problemas de visão atingiam cifras importantes e até tracoma havia. A tuberculose era freqüente, assim como as desintérias, a subnutrição e a estafa. E justificavam os achados: “é que os alunos SENAI participam de uma classe social de baixo padrão de vida, de nível educacional igualmente baixo”. Não nos esqueçamos da influência nociva que péssimas condições de saúde exercem sobre o psiquismo e as possibilidades desses adolescentes

⁵ Os médicos ainda atendiam os empregados das escolas, além de realizar visitas domiciliares quando adoeciam.

se desenvolverem a contento, sublinhava o diretor (SENAI, Relatório do Diretor Regional-SP, 1945, p.91).

O fato é que a direção de São Paulo não conseguia postular aos cursos que pudessem ser inseridos no tipo saudável ou higienizado, prontos a atender aos critérios médicos indicados. Não havia como selecionar meninos pobres em boas condições de saúde. Como dizia o memorialista Ernani Silva Bruno (1984, p.1360), o “crescimento desordenado do núcleo urbano e o desenvolvimento industrial” davam margem à instalação de favelas e cortiços que condicionavam contágios de doenças comuns. Essas questões os manuais de psicologia aplicados ao trabalho dificilmente contemplavam e os administradores mais perspicazes descobriam que para além das escolhas certas, havia necessidades básicas a serem atendidas para que os aprendizes pudessem render mais e melhor.

Vejam os que apregoava o dr. Olívio Stersa, autor do compêndio de *Higiene industrial e psicologia do trabalho (noções elementares)*, a ser utilizado nas escolas SENAI, SESI, SESC, SENAC⁶ e outros centros de aprendizagem industrial, e certamente a par dos diagnósticos realizados nas instituições para as quais escrevia.

Apontando para os tópicos relacionados à higiene nos locais de trabalho, tema que ainda contava com poucas publicações, afiançava: “é indiscutível o valor da saúde, pois todas as nossas atividades dependem dela”. Afinal a prosperidade e segurança do país dependem da pujança de seus filhos e do estado de saúde física e mental que possam apresentar, pois povo bem educado, conhecedor dos princípios fundamentais da higiene assegura baixos coeficientes de mortalidade infantil, principal

⁶ Essas instituições formam o “Sistema S” encarregado em ministrar formação profissional para a indústria e o comércio e promover práticas assistencialistas, servindo como escudos morais e técnicos aos industriais, permitindo-lhes assim “enfrentar uma nova era de mobilização sindical, democratização e política populista” (WEINSTEIN, 2000., p. 134).

indicador do estado de saúde de uma população (STERSA, 1959, p.20). Ora, o rendimento de uma indústria também se equacionava através do estado de saúde física e mental de seus trabalhadores. E afirmava que um indivíduo corroído pelas verminoses e pela subnutrição, um alcoólatra ou um toxicômano, não poderia se tornar produtivo, servindo cada vez mais de peso morto à sociedade em que vivesse. As atividades relacionadas ao trabalho, cada vez mais, eram estudadas com importância, já que más condições no labor geravam doenças e insatisfações, cabendo então “escolher os candidatos mais aptos” [...], para ocuparem os vários postos de trabalho, obtendo o máximo de produtividade com o menor risco possível para sua saúde (Idem, p. 20).

A Regional de São Paulo não conseguia atender aos critérios que os manuais médicos, como as prescrições do dr. Stersa recomendavam, pois organismos débeis, subnutridos e doentes pouco produziam. Porém era com essa meninada que contavam para freqüentar os cursos em pauta, à revelia dos critérios racionais apregoados. Ademais a escola descobria que não havia como estabelecer uma tipologia do alunado que extrapolasse a sociedade na qual viviam. Logo, Mange em relatório apresentado ainda em 1945, anunciava: “o que importa não é apenas prepará-lo [o aluno] em sua especialidade profissional, mas também levantar-lhe a moral, instruí-lo e educá-lo para o que, preliminarmente, deve lhe proporcionar boa saúde e resistência física” (SENAI, Relatório do Diretor Regional-SP, 1945, p.1).

Mudaram as premissas SENAI anunciava Mange. Valorizar o futuro operário como ser humano, cidadão-trabalhador passou a nortear, orientar a educação para o trabalho nas escolas, da regional de São Paulo, tendo em vista a sociedade, a fábrica e a escola.⁷

⁷ Premissas que passavam a valer também para outras regionais, visto as supervisões e orientações emanadas de São Paulo, segundo os Boletins Informativos do SENAI e/ou os relatórios de visitas realizadas.

A seleção de alunos contemplou então provas de conhecimentos gerais e destreza manual para além dos complexos testes psicométricos ou psicotécnicos como preconizavam médicos, psicólogos, educadores ou alardeavam as propostas idortianas.

O aluno SENAI

O professor Antônio D'Ávila recebeu a incumbência de caracterizar o tipo de aluno que freqüentava as escolas, na perspectiva de “averiguar qual a orientação do ensino e quais os princípios pedagógicos, a satisfazer as necessidades apresentadas pelos aprendizes-operários (SENAI, Boletim Informativo n. 12, out. 1946, p. 3). Após visitar 61 fábricas e oficinas, entrevistando mestres, industriais e aprendizes o que lhe possibilitou estudar a situação de mil alunos, concluiu que havia “um largo crédito de confiança na indústria a favor da escola”. Mas anteriormente tinha remarcado: também encontrara o mais completo desconhecimento da obra do SENAI, por parte de muitos empresários. Certamente aqueles que resistiam ao pagamento compulsório para manutenção da instituição ou que pouco crédito lhe conferiam.⁸

Quando visitou as famílias dos aprendizes, pretendendo conhecer a “alma da família operária”, deteve-se especialmente nas habitações coletivas, pois ali vivia a maior parte delas. Também para elas se dirigiam os olhares de outros reformadores sociais, tais como higienistas,⁹ educadores ou filantropos, a indagar de casa em

⁸ Os industriais arcavam com despesas para essa formação, pagando mensalmente uma quantia por empregado.

⁹ Conforme descrição do médico, F. de Mello: “Nesses cortiços não moram, amontoam-se pobres seres, em telheiros de zinco, em porões, nos quais seres irracionais não ficariam! E o preço exorbitante desses pardieiros! E a escala ascendente dos seus aluguéis, sem uma lei que coíba essa extorsão abusiva” (De DECCA, 1991 p. 51).

casa como se alimentavam, quanto ganhavam, como se divertiam, a realizar um mapeamento detalhado das formas de viver a vida das populações pobres (De DECCA, 1991). Argüindo a respeito da positividade da escola SENAI, ia além, esmiuçando “interesses, recreações, desajustamentos”. Claro foi em destacar a satisfação das famílias com a escola que proporcionava assistência médica, odontológica e serviço de assistência social (SENAI, Boletim Informativo n. 13, out. 1946, p.4). As famílias mapeadas, nas quais buscara apreender “a alma operária” se tornaram imprescindíveis. Nessa nova fase, as escolas SENAI procuravam trazê-las para formas racionalizadas de viver, com objetivos para além da “recuperação física e mental dos alunos”. Assim famílias eram chamadas a participar das atividades da escola de forma a inseri-las na grande cruzada de salvação das classes pobres através da higienização, intentando moralizá-las e discipliná-las.

Passava então a terceira etapa do levantamento: visitar as escolas, lugar do “menor aluno”, espaço em que os aprendizes encontravam-se sujeitos à disciplina da sala de aula e da oficina-escola. Realizando uma minuciosa investigação que consistiu em entrevistar: alunos, professores, instrutores, diretores, assistentes; examinar fichas no Serviço Social; ler trabalhos realizados; assistir aulas; forneceu seu parecer. Sugeriu um ensino mais ativo, com mais contribuição dos alunos e dos professores (social e individual), estudo dirigido, atividades socializadas, enfim atividades didáticas renovadas.¹⁰ E paralelamente ainda recomendou participação do Serviço Social, proporcionando “educação humana” e social aos alunos “preservativas das influências deformadoras, da propaganda extremista e da incompreensão do problema operário-patrão, trabalho-salário, classes sociais, etc” (De MORAES, 2003, p. 4). Não esqueçamos o quanto era ativo o Departamento de Informação e Propaganda

¹⁰ O prof. D Ávila indicava atividades que vinham de encontro ao ideário da Escola Nova. Roberto Mange e Lourenço Filho dividiam idéias e concepções, especialmente sobre psicotécnica desde o IDORT. (De MORAES, 2003).

(DIP) do governo Vargas, a alardear as “benesses” conferidas aos trabalhadores e mais, as lutas operárias por melhores salários, jornada de trabalho ou contra a carestia, travadas nas fábricas e ruas de São Paulo que se estenderam no mandato de Dutra. Convinha buscar amenizá-las nas mentes adolescentes através de contrapartidas efetivas.

Essas visitas e as recomendações prescritas proporcionaram-lhe estabelecer uma caracterização do menor, um “retrato psicológico” do aluno SENAI, qual seja:

adolescente comum, porém, ponto de convergência de influências deformativas da personalidade: falta de assistência familiar, trabalho desinteressante, má habitação e alimentação, ambientes inadequados, convívio demorado com adultos deseducados, precocidade de responsabilidades, etc. (SENAI, Boletim Informativo n. 12, out. 1946, p. 4).

O diagnóstico do professor atendia a uma designação muito utilizada após a entrada da higiene, especialmente a mental, na escola: a criança-problema. Título de um livro do médico, Arthur Ramos, em cujo prefácio à 2ª edição já ressaltava a necessária cooperação entre psicólogos e antropólogos para,

melhor compreensão dos problemas do comportamento humano no ambiente social e cultural. As influências da sociedade e da cultura impregnam a personalidade, moldando-lhe atitudes e preferências. (RAMOS, 1954, p. 10).

Ramos na introdução do livro, *A criança problema*, chama atenção para o que considera “desajustamento social”, a incapacidade de responder às exigências da sociedade, quando acomodar-se socialmente é difícil, e impossível o estabelecimento de laços com seus semelhantes. Não adaptar-se é sinal de enfermidade psíquica, afirmava, embora médicos e professores não

considerassem impossível o “ajustamento” dos alunos SENAI, afinal muitos pais se encontravam socializados nas fábricas.

O médico A. C. Pacheco e Silva (s.d.) ao tratar dos Desajustes psico-sociais, oferece a chave explicativa para corrigir o que denominavam “influências deformativas da personalidade”. Segundo aqueles homens de ciência, “não mais cabia reprimir condutas. Recomendava-se reeducar”.

E o SENAI investiu com tudo para reeducar, adaptar os aprendizes ao sistema fabril, desde os doze anos de idade, quando nem mesmo a legislação permitia acesso desses adolescentes aos postos de trabalho.¹¹ Não foi à toa que visitas de sensibilização, marcadas para apresentar os industriais ao sistema de formação SENAI, desde logo destacava o objetivo primeiro: educar para atender aos interesses da indústria, mesmo que necessário fosse também produzir o aluno à imagem da produção de mercadorias.

Assim de mãos dadas com a aprendizagem industrial estiveram os serviços para-escolares, cuja função era dar-lhes de comer, combater-lhes as doenças para intentar moldá-los física e civicamente para a grande missão: o “cidadão-trabalhador, que deve fazer como manda a ciência da produção”.

E ao que tudo indica uma proposta bastante bem sucedido haja vista o endosso dos sindicatos à formação para o trabalho efetuada nas escolas SENAI. Embora a questão mereça discussão a parte, difícil foi encontrar na imprensa sindical uma avaliação crítica aos cursos oferecidos, ou mesmo reprovações à não participação dos sindicatos nas instâncias formadoras da instituição. Ao contrário, o que se encontra nas páginas dos jornais operários são algumas visitas de lideranças dos trabalhadores às escolas. Registre-se a realizada por um grupo de diretores e associados do Sindicato dos Trabalhadores

¹¹ Hiato nocivo foi denominado o intervalo entre a finalização do ensino primário e a idade mínima de catorze anos estabelecida pelo Código de Menores de 1927, para o ingresso de crianças no mundo do trabalho. (SCHWARTZMAN e al., p. 191).

Metalúrgicos de São Paulo que a convite do prof. Luiz Nitsch, visitou o Senai e “bem impressionados com o que foi dado ver, não pouparam palavras de admiração para a grandiosa obra que se executa em relação ao ensino profissional de nossa terra” (*O Metalúrgico*, n.º 63, nov. 1947, p.14). Ou ainda discursos quando Mario Sobral, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, em 01 de agosto de 1948, na entrega de diplomas SENAI, afirmou: “as escolas técnicas e de aprendizagem que o SENAI mantêm nesse Estado é uma das organizações modelo do que tenho lido e ouvido, onde são por professores pacientes e especializados, ministrados todos os conhecimentos técnicos que os trabalhadores e seus filhos desejam adquirir [...] e se equiparam com grandes vantagens e até acredito que superam as universidades populares existentes em diversos países como sejam: México, Argentina, Itália, levando em conta os ensinamentos eminentemente práticos que lhe são ministrados” (*O Metalúrgico*, n. 70, ago.set. 1948, p. 4).

O Metalúrgico destaca também uma ocasião em que sindicalistas de várias categorias e empresários da FIESP acompanhavam as Comissões Julgadoras, em provas de habilitação dos alunos para outorga da Carta de Ofício.¹²

Em que pese o tolhimento da atuação dos sindicatos no período estudado o que deverá ter influenciado a escassa atenção as proposta de formação oferecida pelos patrões por parte dos dirigentes sindicais, essa questão merece pesquisa e acurada análise, buscando depoimentos de ex-alunos e sindicalistas.

¹² No dia 23 de junho de 1947, por exemplo, estiveram acompanhando os exames: Francisco Garcia, Pedro Gilardo Filho e Joaquim Gomes Caetano do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico; Joaquim Teixeira do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem; Atílio Della Bella e Joaquim Pires Jr. do Sindicato dos Mestres e Contra-Mestres de Fiação e Tecelagem; Carlos João Caldera do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira (*O Metalúrgico*, n. 58, jun. 1947, p. 8).

Pois, relatórios e informativos do SENAI, na era Mange, só permitem deslindar fios de uma trama bem tecida que sob os auspícios de um projeto racionalizador visou para além de formar para o trabalho, normalizar condutas dentro e fora das fábricas.

E nesse intuito técnicas e operações foram utilizadas. E mais: o Serviço de Higiene do Trabalho aliado ao Serviço Social mostrou-se mais eficaz que o complexo arsenal psicotécnico, tão alardeado como balizador para que cada um ocupasse o lugar que lhe cabia, aquele no qual pudesse render ao máximo. Pois ao priorizar a (com)formação do aluno, via higienização, tornou-o apto a enfrentar as agruras da fábrica, educando-o para o trabalho nos moldes do processo produtivo que se instalava. E previu re-educar fosse onde fosse: na escola, na fábrica, na família ou no sindicato, enfim nos espaços nos quais as máximas do viver com saúde tivessem visibilidade e repercussão. E cada aprendiz ao finalizar seu curso era chamado a sindicalizar-se, em consonância com o projeto de governo que pregava: “o operário sindicalizado é trabalhador protegido” (*O Metalúrgico*, n. 58, jun. 1947, p. 4).

As campanhas de combate aos flagelos da raça, como higienistas e eugenistas denominavam a sífilis, o alcoolismo e a tuberculose também continuaram a acompanhar os recém formados trabalhadores. Pois permaneciam estampadas nas páginas da imprensa operária nas décadas de 1940-50 máximas preventivistas emanadas pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária.¹³ *O Metalúrgico*, em matérias assinadas por médicos do sindicato ou através da coluna “Preceitos do dia”, divulgava normas da higiene, pretendendo educar sanitariamente. Vejamos

¹³ O Serviço Nacional de Educação Sanitária foi criado em 1941. Vinculado ao Ministério da Educação e Saúde pretendia educar sanitariamente através de vários expedientes. A coluna “Preceito do dia” publicada nos jornais diários também chegou aos sindicais em decorrência de mecanismos de controle da informação montados pelo DIP (Departamento de Informação e Propaganda) na vigência do Estado Novo e que permaneceram após.

alguns exemplos dessas prescrições: “quando se tomam as medidas que a higiene aconselha, as possibilidades de contágio da sífilis ficam reduzidas, ao mínimo”(O *Metalúrgico*, n. 62, set. 1947, p. 2). Em relação à gripe recomendavam proibir visitas aos gripados (Idem, p. 5) e, para prevenir possíveis complicações futuras fazer examinar a garganta ao primeiro sinal de inflamação por um médico especialista (O *Metalúrgico*, n. 63, nov., 1947, p. 4). E se “há quem julgue alimentar-se otimamente porque, às refeições come peixe, carnes, arroz, feijão e doce, regados com vinho ou cerveja”, ledo engano, porque não comeu legumes, verduras, frutas cruas, ovos e leite (O *Metalúrgico*, n. 68, maio, 1948, p. 4), como se esses alimentos abundassem nas mesas das famílias proletárias e o médico especialista estivesse a postos para qualquer emergência.

A prevenção ao amarelão, com alta incidência na cidade, decorrente das precárias condições de saneamento, especialmente nos bairros operários, era enfatizada no jornal: “certos vermes atingem o organismo através da sola dos pés onde penetram ainda sob a forma de larvas. É o que acontece com os causadores da ancilostomíase ou amarelão e da esquistossomose. Proteja-se [...] habituando-se andar sempre calçado” (O *Metalúrgico*, n. 80, jun.1949, p. 4). Os defeitos de visão, outro problema a atacar importante percentual da força de trabalho, ou mesmo aprendizes de ofício SENAI, também foi foco de recomendações, alertando que nem sempre se fazia necessário o uso de óculos, pois sífilis, tuberculose e outras moléstias podiam causar “diminuição da vista”, cabendo consultar um médico (O *Metalúrgico*, n. 89, jul.ago., 1950, p. 3).

O dr. Antonio Cunha, diretor clínico do departamento médico do Sindicato dos Metalúrgicos, foi saudado com vivas pelo presidente da entidade quando inteirou-se da campanha contra a tuberculose movida pelo médico entre os trabalhadores metalúrgicos (O *Metalúrgico*, n. 70, ago.set., 1948, p. 2), dada a proliferação da doença na categoria. Campanha que ganhou a cidade através das ondas do rádio, pois médicos e sindicalistas deram seus recados.

Como alude Murilo Leal Pereira Neto “todos os valores e recomendações formuladas pelo SESI e SENAI podem ser encontradas nas páginas de *O Metalúrgico* no período de 1950-1953, associados às mensagens anticomunistas e conformistas” (PEREIRA NETO, 2006, p. 445).

Assim vastas redes gerenciavam a inserção de aprendizes em projetos normalizadores, durante e após o correr do processo de formação para o trabalho. Se os aprendizes SENAI aderiram ao projeto dos industriais, ou não, é temática para outro artigo, porém o depoimento abaixo permite interrogar-nos: os alunos SENAI ultrapassaram os limites da formatação proposta?

“Havia com(formação) sim”, narra um ex-aluno ao referir-se ao curso de torneiro mecânico, concluído em 1968, porém emenda: o curso me possibilitou “formação especializada, cidadania e inclusão social, o que prezo até hoje”. E mais, “me deu ferramentas para romper com o modelo forjado e participar politicamente, assumindo a militância em meu sindicato” (depoimento de ex-aprendiz SENAI).

Referências

ARQUIVO EDGAR LEUENROTH (AEL), IFCH-UNICAMP. *Revista do IDORT* (1932-1945).

BRESCIANI, M. S. (1986). “Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária”. *Revista Brasileira de História*, n°11. São Paulo.

BRUNO, E. S. ([1954]1984). *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*, v.3. São Paulo, Hucitec.

DE DECCA, E. (1984). “Ciência da produção: fábrica despolitizada”. *Revista Brasileira de História*, n° 6. São Paulo.

DE DECCA, M.A.G. (1991). *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil-1889 a 1930*. 16ª ed. São Paulo, Atual.

DEPOIMENTO (2006) gravado, prestado à autora em Campinas, 10 de novembro.

LUCA, T. R. de (2001). *Indústria e trabalho na História do Brasil*. São Paulo, Contexto.

MORAES, C.S.V. (2003). *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo*. Bragança Paulista, EDUSF.

AEL. *O METALÚRGICO* (1942-1959). Publicação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico. São Paulo.

PACHECO E SILVA, A.C. (s.d.). *Desajustes psico-sociais*. São Paulo, Gráfica e Editora Edigraf S.A.

PEREIRA NETO, M.L. (2006). "A reinvenção do trabalhismo no 'vulcão do inferno'. Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo: a fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)". São Paulo, Tese de doutorado, FFLCH, USP.

PERROT, M. (1988). *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo, Paz e Terra.

RAMOS, A. (1954). *A criança problema: a higiene mental na escola primária*. 4ª ed revista. Rio de Janeiro, Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil.

SCHWARTZMAN, S, BOMENY, H. M. e COSTA, V.M.R. (1984). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, São Paulo, Paz e Terra/Edusp.

SENAI. Relatórios do Diretor da Regional de São Paulo, 1944-1955.

SENAI. Boletim Informativo, 1950-1955.

SEVCENKO, N. (1998). “O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso”. NOVAIS, F. (dir.) *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo, Companhia das Letras.

TENCA, A. (2006). *Senhores dos trilhos: racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do Curso de Ferrovários da antiga Paulista*. São Paulo, Ed. da Unesp.

STERSA, O. (1959). *Higiene industrial e psicologia do trabalho (noções elementares)*. São Paulo, Edições Melhoramento.

WEINSTEIN, B. (2000). *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo, Cortez/CDAPH-IFAN/Universidade São Francisco.

Vera Regina Beltrão Marques é doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutora pelo Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT-UNICAMP). Professora de História da Educação no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (História e Historiografia da Educação) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: verarbm@terra.com.br.

Data de recebimento: 28/01/2009

Data de aceite: 15/08/2009